

Análise Contábil e Fiscal aplicada à Gestão Empresarial: Estudo de caso da Shake Fit LTDA

Accounting and Tax Analysis applied to Business Management: Case study of Shake Fit LTDA

Ánalisis Contable y Fiscal aplicado a la Gestión Empresarial: Estudio de caso de Shake Fit LTDA

Recebido: 09/09/2025 | Revisado: 23/09/2025 | Aceitado: 24/09/2025 | Publicado: 28/09/2025

José Denilson Viana Calaça

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6843-7089>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: vianadenilson@unitins.br

Cheila Fernandes de Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3668-3926>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: cheila.fa@unitins.br

Jucicleia Teodoro de Lima Izidoro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5991-2100>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: jucicleia.tl@unitins.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma análise técnico-contábil e fiscal desenvolvida a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado na empresa Shake Fit LTDA. Esta experiência foi impulsionada pela necessidade de enriquecer a base teórica com vivências práticas, permitindo a aplicação dos conceitos aprendidos em contextos cotidianos. A metodologia aplicada ao trabalho foi descritiva e aplicada, adotando também uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscando compreender tanto os aspectos subjetivos da prática profissional quanto mensurar os resultados alcançados. A coleta e análise de dados foram feitas por meio da observação direta das atividades desenvolvidas, uso de registros internos e estudo dos processos operacionais. As atividades realizadas no estágio, bem como o acompanhamento dos procedimentos diários do setor utilizando o sistema Domínio possibilitaram a efetiva compreensão da prática contábil. Os resultados mais relevantes deste estágio foram o desenvolvimento de competências práticas e a consolidação do conhecimento teórico por intermédio da prática diária, além de contribuir de forma significativa para o crescimento pessoal e profissional. O estágio também envolveu a criação de um plano de ação, definição de orçamentos iniciais e planejamento tributário, entre outras atividades. As atividades desempenhadas durante o estágio supervisionado possibilitaram uma integração eficiente entre teoria e prática. Esse processo foi crucial para preparar o futuro profissional para os desafios do mercado de trabalho, fortalecendo as competências técnicas e as habilidades comportamentais necessárias para uma carreira bem-sucedida na área contábil.

Palavras-chave: Estágio; Prática; Contábil.

Abstract

The purpose of this study was to present a technical accounting and tax analysis developed from the activities carried out during the supervised internship at Shake Fit LTDA. This experience was driven by the need to enrich the theoretical foundation with practical experiences, allowing the application of the concepts learned in everyday contexts. The methodology applied to the work was descriptive and applied, adopting both a qualitative and quantitative approach, seeking to understand both the subjective aspects of professional practice and measure the results achieved. Data collection and analysis were conducted through direct observation of the activities performed, use of internal records, and study of operational processes. The internship activities, as well as monitoring the department's daily procedures using the Domínio system, enabled a thorough understanding of accounting practices. The most significant outcomes of this internship were the development of practical skills and the consolidation of theoretical knowledge through daily practice, in addition to contributing significantly to personal and professional growth. The internship also involved creating an action plan, defining initial budgets, and tax planning, among other activities. Detailed understanding of the HR department's routine was an integral part of this internship, covering everything from employee onboarding, payroll management, and compliance with labor regulations, to the employee termination process. This hands-on learning was essential for understanding the importance of legal compliance and efficient human resource management. The activities performed during the supervised internship enabled an effective

integration of theory and practice. This process was crucial for preparing future professionals for the challenges of the job market, strengthening the technical and behavioral skills necessary for a successful career in accounting.

Keywords: Internship; Practice; Accounting.

Resumen

El objetivo de este estudio fue presentar un análisis técnico-contable y fiscal desarrollado a partir de las actividades realizadas durante la pasantía supervisada en la empresa Shake Fit LTDA. Esta experiencia surgió de la necesidad de enriquecer la base teórica con experiencias prácticas, permitiendo la aplicación de los conceptos aprendidos en contextos cotidianos. La metodología empleada fue descriptiva y aplicada, adoptando un enfoque tanto cualitativo como cuantitativo, buscando comprender tanto los aspectos subjetivos de la práctica profesional como medir los resultados alcanzados. La recopilación y el análisis de datos se realizaron mediante la observación directa de las actividades realizadas, el uso de registros internos y el estudio de los procesos operativos. Las actividades de la pasantía, así como la supervisión de los procedimientos diarios del departamento mediante el sistema Domínio, permitieron un conocimiento profundo de las prácticas contables. Los resultados más significativos de esta pasantía fueron el desarrollo de habilidades prácticas y la consolidación de los conocimientos teóricos a través de la práctica diaria, además de contribuir significativamente al crecimiento personal y profesional. La pasantía también incluyó la creación de un plan de acción, la definición de presupuestos iniciales y la planificación fiscal, entre otras actividades. El conocimiento detallado de la rutina del departamento de RR. HH. fue parte integral de esta pasantía, abarcando desde la incorporación de empleados, la gestión de nóminas y el cumplimiento de la normativa laboral, hasta el proceso de despido. Este aprendizaje práctico fue esencial para comprender la importancia del cumplimiento legal y la gestión eficiente de los recursos humanos. Las actividades realizadas durante la pasantía supervisada permitieron una integración efectiva de la teoría y la práctica. Este proceso fue crucial para preparar a los futuros profesionales para los desafíos del mercado laboral, fortaleciendo las habilidades técnicas y comportamentales necesarias para una carrera exitosa en contabilidad.

Palabras clave: Pasantía; Práctica; Contabilidad.

1. Introdução

Este artigo apresenta uma análise técnico-contábil e fiscal baseada nas atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado no âmbito do curso de Ciências Contábeis. A experiência prática, promovida pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), visa complementar a formação teórica dos alunos por meio da vivência profissional, permitindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula em contextos reais de atuação empresarial.

Por meio do estágio, busca-se promover a integração do estudante ao ambiente profissional, permitindo-lhe aplicar conceitos contábeis em situações reais, desenvolver habilidades técnicas e interpessoais, e preparar-se de maneira mais eficaz para os desafios do mercado de trabalho. Este estágio representa uma oportunidade valiosa para o crescimento acadêmico e profissional dos alunos, alinhando-se com a missão da universidade de formar profissionais competentes e éticos.

No decorrer do estágio, foram atribuídos aos acadêmicos a tarefa de criar uma empresa do zero, o que proporcionou uma experiência prática e desafiadora. A empresa, denominada Shake Fit LTDA, com nome de fantasia Shake Fit, CNPJ 34.506.983/0001-54, está localizada na cidade de Araguaína/TO, Avenida Araguaia, nº 958 – Centro, CEP 77.950.000 e tem como atividade principal o CNAE 5611-2/03 que se refere a lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares. A empresa foi constituída em contrato social e seu tipo societário é uma Sociedade Limitada Unipessoal (SLU).

Essa atividade permitiu aos alunos vivenciar todas as etapas do processo de criação e gestão de uma empresa, desde o planejamento inicial até a execução das operações diárias, como elaborar orçamentos de investimentos, custos e despesas, contrato social, alvarás e licenças, inscrição municipal e os demais documentos necessários para a criação e gestão da empresa. Essa experiência prática é fundamental para consolidar o aprendizado teórico e desenvolver uma visão abrangente e crítica do ambiente empresarial, alinhando-se perfeitamente com o objetivo da universidade de preparar profissionais completos e capacitados para o mercado de trabalho.

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma análise técnico-contábil e fiscal desenvolvida a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado na empresa Shake Fit LTDA. Busca-se, por meio desse do estudo,

construir uma visão abrangente e questionadora sobre os temas abordados, considerando não apenas a execução prática das tarefas contábeis, mas também os fundamentos teóricos que sustentam tais práticas.

2. Metodologia

A metodologia aplicada ao trabalho foi descritiva e aplicada, adotando também uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscando compreender tanto os aspectos subjetivos da prática profissional quanto mensurar os resultados alcançados (Pereira et al., 2018).

A coleta e análise de dados foram feitas por meio da observação direta das atividades desenvolvidas, uso de registros internos e estudo dos processos operacionais

O Relatório examina a viabilidade da empresa simulada no contexto do estágio, utilizando critérios técnicos e mercadológicos para verificar a consistência das informações apresentadas e a efetividade do processo de aprendizagem. Ao avaliar a viabilidade do negócio elaborado, pretende-se consolidar os conhecimentos adquiridos, validar a aplicabilidade dos conceitos contábeis e empreendedores trabalhados, e demonstrar a relevância do estágio como ferramenta de formação profissional.

3. Resultados e Discussão

3.1 Orçamento

Em primeiro momento, vale destacar a indispensável relevância do planejamento orçamentário para o negócio. O planejamento orçamentário é crucial para uma empresa, pois permite a projeção de despesas, receitas e investimentos, proporcionando uma visão clara do cenário econômico futuro.

Essa ferramenta de administração financeira auxilia na harmonização dos recursos com as metas estratégicas da empresa, promovendo a tomada de decisões bem-informadas e a avaliação de desempenho. Além disso, o planejamento orçamentário favorece a estabilidade econômica, a melhoria da eficiência operacional e a diminuição de custos e riscos. Em resumo, ele é vital para assegurar a saúde financeira e o crescimento sustentável da organização.

O orçamento de investimento foi elaborado com base nos objetivos e metas da empresa, garantindo que os recursos fossem alocados de maneira eficiente em cada um dos ramos de atividade do negócio, que são comércio, serviço e indústria. Inicialmente registrou-se o valor estimado para um estudo de mercado para cada área de atividade, em sequência os valores referentes ao registro de marcas e patentes e os demais custos de abertura, assim como os demais investimentos necessários como máquinas e equipamentos indispensáveis e o capital de giro estimado, resultando por fim no valor previsto do capital social.

Assim como o orçamento de investimento, o de despesa e custos foram elaborados de acordo com as três atividades exercidas pela empresa, tendo como base a identificação dos custos fixos e variáveis de modo que possibilite a projeção de receitas, que é basicamente estimar receitas esperadas para o período orçamentário, de forma a equilibrar os custos e despesas com os ganhos projetados.

Com base no orçamento de investimento elaborado para a empresa, o montante total previsto foi de R\$ 133.050,00, distribuído entre os três setores de atuação. A indústria recebeu o maior aporte, com R\$ 56.000,00, dos quais mais de 57% foram destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, evidenciando a prioridade na estrutura produtiva. O setor de comércio contou com um investimento de R\$ 48.200,00, enquanto o setor de serviços recebeu R\$ 28.850,00, refletindo uma estratégia equilibrada de alocação de recursos conforme as demandas operacionais de cada área.

No orçamento de custos, foi previsto um gasto de R\$ 10.000,00 em matéria-prima direta para a indústria, com destaque para o leite in natura, principal insumo na produção de suplementos proteicos. Além disso, foram estimadas despesas operacionais nos três setores — comércio, indústria e serviços — totalizando R\$ 38.223,75. Já na previsão de receitas para os primeiros 12 meses de atividade, o valor total estimado foi de R\$ 1.344.288,00, sendo R\$ 443.856,25 provenientes da indústria, R\$ 695.223,85 do comércio e R\$ 206.197,92 dos serviços. Cada setor foi projetado para gerar R\$ 112.024,00 mensais, representando, ao final do período, 32,94% da receita total para a indústria, 51,71% para o comércio e 15,33% para os serviços. Esses dados demonstram a expectativa de maior retorno financeiro no setor comercial, seguido pela indústria e, por último, pelos serviços.

3.2 Planejamento Tributário

A escolha do regime de tributação é um fator decisivo para a eficiência financeira e administrativa de qualquer empresa, exigindo análise criteriosa das características do negócio. O regime de lucro presumido, por exemplo, pode oferecer vantagens como simplificação na apuração de impostos e redução da carga tributária, sendo indicado para empresas com boa margem de lucro e controle de despesas. Segundo Latorraca (2000), o planejamento tributário deve ser preventivo e estratégico, permitindo à empresa identificar os ônus fiscais de cada alternativa legal e escolher aquela que melhor se alinha à sua realidade operacional.

No caso analisado, embora o lucro presumido tenha inicialmente se mostrado adequado às atividades da empresa, sua adoção revelou desvantagens como maior carga tributária, exigência de controle contábil mais rigoroso e menor margem de lucro sobre a receita bruta. Por esses motivos, optou-se por não utilizá-lo, priorizando um regime mais complexo para fins acadêmicos. O Simples Nacional foi descartado com o objetivo de aprofundar a prática contábil em cenários mais exigentes, favorecendo o desenvolvimento técnico e a compreensão de estruturas tributárias mais robustas.

A Figura 1 demonstra os dados obtidos com base na receita, custos e despesas apresentados no orçamento da empresa, e mediante métricas percentuais, fazendo uma comparação entre os dois tipos de regimes possíveis para o enquadramento da empresa.

Figura 1 - Planilha do regime de tributações.



Fonte: Relatório de Estágio Supervisionado I (2024).

Com base nos resultados apresentados, percebe-se uma significativa diferença entre os dois regimes tributários comparados. Ao analisar os resultados do Lucro real, observa-se que o percentual de lucro sobre a receita bruta foi de 7,52%, já ao observar o resultado obtido no Lucro presumido, verifica-se o resultado foi de 11,74% de lucro sobre a receita bruta, ou seja, o sistema tributário do lucro presumido, apresentou-se como uma opção mais vantajosa.

3.3 Legalização da Empresa

A legalização de uma empresa é essencial para garantir sua conformidade com as legislações fiscal, trabalhista e contábil, além de proporcionar segurança jurídica e credibilidade no mercado. No caso da Shake Fit LTDA, foram realizados todos os procedimentos necessários para sua formalização, incluindo a elaboração do contrato social, registro como sociedade limitada unipessoal, obtenção do CNPJ, inscrição municipal e estadual, definição dos CNAEs e emissão dos alvarás de funcionamento e sanitário. Esses documentos asseguram que a empresa possa operar legalmente, emitir notas fiscais, contratar funcionários, acessar crédito e participar de licitações, conforme previsto na Lei nº 11.598/2007.

Além dos registros básicos, foram obtidas certidões específicas, como o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros, que atesta a conformidade da edificação com as normas de segurança contra incêndio. Também foram realizados os cadastros no sistema contábil Domínio, com preenchimento completo das informações jurídicas e fiscais da empresa. A estrutura documental inclui dados do sócio, natureza jurídica, atividades econômicas, endereço e obrigações tributárias, como taxas municipais e declarações acessórias. Todo esse processo reforça o compromisso da empresa com a legalidade e a gestão responsável, criando bases sólidas para seu funcionamento e crescimento.

3.4 Departamento Pessoal

Segundo Silva Brogio (2016), o setor de Recursos Humanos (RH) é uma divisão especializada dentro de uma companhia, encarregada da administração de questões burocráticas e trabalhistas referentes aos colaboradores. Suas principais responsabilidades incluem a gestão da folha de pagamento, contratações e desligamentos, controle de ponto, comunicados, férias, benefícios, licenças, e conformidade com as normas trabalhistas.

Na Shake Fit LTDA, as atividades do setor contábil são conduzidas por um profissional graduado em Ciências Contábeis, cuja atuação exige domínio dos conceitos trabalhistas e previdenciários, além de constante atualização legal para garantir conformidade e evitar sanções. A empresa conta com um quadro de 10 funcionários legalmente registrados em 2024, conforme exigência do estágio supervisionado, incluindo cargos como gerente de produção, nutricionista, assistentes, atendentes, cozinheiros e auxiliar administrativo. O processo de admissão é iniciado pelo setor de Recursos Humanos, que realiza entrevistas e, após aprovação, encaminha os candidatos ao Departamento Pessoal para entrega dos documentos obrigatórios e formalização do vínculo empregatício.

Para além do cadastro de empregados foi realizado também atividade referentes a folha de pagamento. Segundo Espíndola (2020), os lançamentos de eventos na folha de pagamento são anotações contábeis que registram eventos específicos relacionados à remuneração dos colaboradores. Eles são cruciais para assegurar que todas as transações financeiras sejam corretamente registradas e refletidas nas contas contábeis da organização. Esses lançamentos podem englobar eventos como bonificações, adicional de risco, férias, décimo terceiro salário, entre outros.

Os registros de eventos na folha de pagamento são essenciais para a gestão financeira e administrativa de uma empresa. Eles asseguram que todas as transações associadas às remunerações dos funcionários sejam precisas e corretamente refletidas na contabilidade da organização. Isso engloba desde salários e benefícios até adicionais como periculosidade e férias.

Oliveira (2001) destaca que a folha de pagamento contempla diversos proventos, como salário, horas extras, adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno, além de salário-família, diárias para viagem e ajuda de custo. O autor também aponta os principais descontos aplicáveis, entre eles a contribuição previdenciária, o imposto de renda, a contribuição sindical, seguros, adiantamentos, faltas, atrasos e o vale-transporte.

A obrigatoriedade da folha de pagamento no Brasil é estabelecida pelo Decreto nº 3.048/99, Art. 225, § 9º, e pela Lei nº 8.212/91, Art. 32, inciso I, que exigem registros mensais detalhados das remunerações e contribuições previdenciárias dos

segurados. A CLT complementa essas exigências nos Arts. 463 a 465, determinando prazos, formas e locais de pagamento, além da obrigatoriedade de recibo. Os encargos da folha incluem INSS, FGTS, IRRF, férias, 13º salário e adicionais legais, sendo divididos entre obrigatórios e voluntários, como vale-transporte e plano de saúde. Em atividade prática, foram calculadas folhas de pagamento individualizadas para 10 funcionários, considerando encargos diversos e número de dependentes, conforme exigências legais e operacionais.

Quanto às férias, o Art. 134 da CLT, alterado pela Lei nº 13.467/2017, permite sua divisão em até três períodos, com regras específicas. O Art. 137 prevê pagamento em dobro caso o prazo legal seja descumprido, com penalidades adicionais nos §§ 1º e 2º, conforme o Decreto-lei nº 1.535/77. O Art. 135, introduzido pela Lei nº 7.414/85, exige comunicação formal com 30 dias de antecedência. Exemplos práticos demonstraram o cálculo do adicional de férias (1/3 do salário), com valores líquidos ajustados por INSS e IRRF. Por fim, a Lei nº 4.090/62, Art. 1º, obriga o pagamento do 13º salário em dezembro, proporcional aos meses trabalhados, garantindo aos empregados o direito à gratificação natalina.

A obrigatoriedade da folha de pagamento no Brasil é estabelecida pelo Decreto nº 3.048/99, Art. 225, § 9º, e pela Lei nº 8.212/91, Art. 32, inciso I, que exigem registros mensais detalhados das remunerações e contribuições previdenciárias dos segurados. A CLT complementa essas exigências nos Arts. 463 a 465, determinando prazos, formas e locais de pagamento, além da obrigatoriedade de recibo. Os encargos da folha incluem INSS, FGTS, IRRF, férias, 13º salário e adicionais legais, sendo divididos entre obrigatórios e voluntários, como vale-transporte e plano de saúde. Em atividade prática, foram calculadas folhas de pagamento individualizadas para 10 funcionários, considerando encargos diversos e número de dependentes, conforme exigências legais e operacionais.

Quanto às férias, o Art. 134 da CLT, alterado pela Lei nº 13.467/2017, permite sua divisão em até três períodos, com regras específicas. O Art. 137 prevê pagamento em dobro caso o prazo legal seja descumprido, com penalidades adicionais nos §§ 1º e 2º, conforme o Decreto-lei nº 1.535/77. O Art. 135, introduzido pela Lei nº 7.414/85, exige comunicação formal com 30 dias de antecedência. Exemplos práticos demonstraram o cálculo do adicional de férias (1/3 do salário), com valores líquidos ajustados por INSS e IRRF. Por fim, a Lei nº 4.090/62, Art. 1º, obriga o pagamento do 13º salário em dezembro, proporcional aos meses trabalhados, garantindo aos empregados o direito à gratificação natalina.

Conforme apresentado, foi emitido aviso prévio indenizado à colaboradora Dilma Rousseff em 09 de novembro de 2024, por decisão da empresa de não mantê-la no quadro de empregados. A rescisão contratual obedece ao Art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que determina o pagamento das verbas rescisórias, incluindo salário, férias proporcionais, décimo terceiro proporcional e demais direitos legais. Em caso de controvérsia sobre os valores, o Art. 467 da CLT obriga o pagamento da parte incontroversa na data de comparecimento à Justiça do Trabalho, sob pena de acréscimo de 50%. Já o Art. 484-A da CLT trata da extinção contratual por acordo, prevendo o pagamento integral de algumas verbas e metade do aviso prévio e da multa sobre o FGTS, além da possibilidade de movimentação de até 80% do saldo do fundo, sem direito ao seguro-desemprego.

No Departamento Pessoal, o cumprimento das obrigações acessórias é essencial para garantir conformidade legal, conforme o Art. 32 da Lei nº 8.212/91, que exige detalhamento das remunerações e descontos na folha de pagamento. O eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, centraliza eletronicamente essas informações, promovendo eficiência e segurança. O FGTS, regulamentado pela Lei nº 8.036/1990, exige depósitos mensais de 8% da remuneração em conta vinculada, com possibilidade de saque em casos específicos. Com o FGTS Digital, esse processo tornou-se mais ágil e transparente, reforçando a importância da gestão correta das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, estabelece em seu Art. 15 que todos os empregadores devem realizar, até o dia sete de cada mês, o depósito de 8% sobre a remuneração paga ou devida no mês anterior a cada trabalhador, em conta bancária

vinculada. Essa obrigação integra o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e visa assegurar os direitos trabalhistas relacionados à proteção financeira do empregado.

A DCTFWeb, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021 e o Art. 32-A da Lei nº 8.212/91, é uma ferramenta digital que integra dados do eSocial e da EFD-Reinf, permitindo a apuração e declaração dos débitos tributários federais de forma automatizada, promovendo maior eficiência na gestão fiscal e no cumprimento das obrigações legais pelas empresas. No Departamento Pessoal, a saúde e segurança do trabalho são direitos fundamentais garantidos pelo Art. 1º da Lei nº 8.213/1991 e pelo Art. 7º, XI da CLT, cabendo ao empregador assegurar um ambiente seguro por meio do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs), controle médico, treinamentos e fornecimento de EPIs, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais.

Estudos científicos apontam que ambientes seguros elevam a produtividade e reduzem custos com afastamentos, destacando a relevância da ergonomia e da psicologia organizacional no bem-estar dos trabalhadores. Complementarmente, o Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET), instituído pelo Decreto nº 10.854/2021 e regulamentado pelo Art. 628-A da CLT, é uma plataforma digital obrigatória para empregadores, que centraliza a comunicação com os auditores-fiscais. Por meio do DET, são enviados atos administrativos, intimações, notificações e decisões, promovendo agilidade, transparência e segurança jurídica nas relações de trabalho.

3.5 Escrita Fiscal

A Escrituração Fiscal consiste em um conjunto de métodos e rotinas contábeis destinados a documentar e monitorar os compromissos tributários de uma empresa ou instituição. É indispensável para assegurar o cumprimento das normas fiscais e tributárias, além de oferecer dados confiáveis para embasar decisões financeiras e estratégicas. A correta execução da Escrita Fiscal contribui para a transparência e accountability, promovendo uma gestão eficiente e responsável.

A DCTFWeb, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021 e o Art. 32-A da Lei nº 8.212/91, é uma ferramenta digital que integra dados do eSocial e da EFD-Reinf, permitindo a apuração e declaração dos débitos tributários federais de forma automatizada, promovendo maior eficiência na gestão fiscal e no cumprimento das obrigações legais pelas empresas. No Departamento Pessoal, a saúde e segurança do trabalho são direitos fundamentais garantidos pelo Art. 1º da Lei nº 8.213/1991 e pelo Art. 7º, XI da CLT, cabendo ao empregador assegurar um ambiente seguro por meio do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs), controle médico, treinamentos e fornecimento de EPIs, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais.

Segundo Costa e Oliveira (2018), a automação na emissão de Notas Fiscais reduz significativamente erros humanos, promove transparência e assegura conformidade legal. Para garantir a correta emissão, foram observados o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), que classifica as operações como vendas, devoluções ou transferências, e a Tabela de Incidência do IPI (TIPI), que define a tributação dos produtos — sendo que os itens analisados não possuem incidência de IPI. O processo envolveu a configuração do sistema conforme o regime tributário, lançamentos de Notas Fiscais Eletrônicas de entrada, saída e serviços, além do cadastramento completo de produtos, fornecedores e clientes. As operações fiscais iniciaram com compras para o setor comercial, incluindo aquisições interestaduais com alíquotas de 12% (Maranhão) e 7% (Paraná), e compras internas no Tocantins com alíquota de 20%, assegurando o registro adequado e a conformidade tributária das transações.

Na etapa de apuração e conferência de impostos e contribuições, foi realizado um levantamento detalhado dos valores mensais devidos pela empresa, com foco no ICMS, considerando o fato gerador de cada operação e identificando créditos acumulados para compensação. A apuração foi feita de forma individualizada, levando em conta a natureza dos produtos e

serviços e os estados envolvidos, o que impacta diretamente na tributação. Após esse processo, todos os dados foram conferidos minuciosamente para garantir conformidade com a legislação vigente e clareza sobre as obrigações fiscais e créditos disponíveis. Uma análise tributária eficiente, como destaca o autor, é essencial não apenas para evitar penalidades, mas também para otimizar recursos e embasar decisões estratégicas.

Aspectos como regime tributário, classificação fiscal correta (CFOP e códigos de mercadorias) e revisão dos impostos incidentes — ICMS, IPI, PIS e COFINS — são fundamentais para o planejamento tributário mensal, que organiza o pagamento de tributos, reduz riscos e aproveita benefícios fiscais. Demonstrativos de faturamento e de entradas e saídas são cruciais nesse processo, oferecendo dados precisos para controle financeiro e tomada de decisões. A eficiência tributária, conforme o pensamento do autor, deve ser vista como um pilar para um ambiente econômico saudável e socialmente justo, permitindo ao Estado cumprir suas funções de forma sustentável e promovendo o desenvolvimento da sociedade.

As obrigações acessórias são deveres administrativos que as empresas precisam cumprir para atender às exigências tributárias e fiscais estabelecidas pela legislação. Diferentemente das obrigações principais, que envolvem o pagamento efetivo de tributos como ICMS, IPI ou ISS, as obrigações acessórias dizem respeito à prestação de informações e à documentação fiscal, servindo como instrumentos de controle e fiscalização para o governo, devido a indubitável importância desse dever administrativo, essas atividades também foram abordadas no estágio.

Essas obrigações incluem, por exemplo, a emissão de notas fiscais, o preenchimento e envio de declarações e demonstrativos como a EFD (Escrituração Fiscal Digital), a entrega do SPED Fiscal e Contribuições, e o registro adequado de movimentações contábeis e fiscais. Elas são essenciais para garantir a transparência das operações realizadas e permitir que os órgãos fiscais possam monitorar e validar a regularidade das empresas.

Em resumo, as obrigações acessórias são um conjunto de procedimentos e registros que, embora não envolvam diretamente o pagamento de tributos, são indispensáveis para assegurar o cumprimento das normas tributárias e evitar sanções, como multas e penalidades. Elas formam a base documental que dá suporte à apuração e ao pagamento dos tributos devidos.

3.6 Contabilidade

O departamento contábil é um setor essencial dentro de qualquer organização, responsável por registrar, analisar e interpretar todas as movimentações financeiras e patrimoniais da empresa. Sua principal função é garantir a correta gestão dos recursos, promovendo transparência e conformidade com as normas fiscais e tributárias. Além disso, desempenha um papel fundamental na tomada de decisões estratégicas, fornecendo dados precisos sobre a saúde financeira da empresa. Para isso, utiliza diversos princípios contábeis e normas regulatórias que padronizam os processos e garantem a confiabilidade das informações apresentadas.

Dentro do departamento contábil, há uma série de rotinas e processos que precisam ser seguidos regularmente. Entre eles estão a escrituração contábil, a elaboração de demonstrações financeiras, o cálculo e recolhimento de tributos, além da apuração de resultados. Além dessas atividades, a contabilidade também é responsável pelas chamadas obrigações acessórias, que envolvem o envio de informações detalhadas aos órgãos reguladores. Dentre as principais obrigações acessórias, destacam-se o SPED ECD (Escrituração Contábil Digital), que substitui os antigos livros contábeis em papel, e o SPED ECF (Escrituração Contábil Fiscal), que tem como objetivo reportar os resultados da empresa para fins de tributação.

Durante o estágio no setor de contabilidade, foi possível acompanhar e executar diversas atividades essenciais para a organização das informações financeiras da empresa. Entre as tarefas desempenhadas, destacaram-se a conferência e lançamento de documentos fiscais, a análise de balancetes, bem como a participação no preenchimento das obrigações

acessórias. Além disso, houve a oportunidade de entender melhor os processos de fechamento contábil e conciliação bancária, atividades fundamentais para garantir que os registros sejam precisos e reflitam corretamente a realidade da empresa.

Os lançamentos contábeis são registros essenciais que documentam todas as transações financeiras de uma empresa, garantindo a correta organização das informações econômicas. Eles são realizados com base no princípio da partida dobrada, onde cada transação é registrada simultaneamente em duas contas contábeis: uma de débito e outra de crédito, assegurando o equilíbrio do balanço patrimonial.

O processo envolve a identificação da operação, a seleção das contas envolvidas e a correta classificação dos valores para que os demonstrativos financeiros reflitam fielmente a realidade da empresa. Além disso, as integrações contábeis possibilitam a automatização desses registros através de sistemas que conectam a contabilidade com setores como fiscal, financeiro e recursos humanos, garantindo maior precisão e eficiência na gestão dos dados contábeis.

3.7 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são instrumentos fundamentais para a transparência e análise da situação econômica e financeira de uma empresa. Entre elas, destacam-se o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que são exigidas pela Lei nº 6.404/76, também conhecida como Lei das Sociedades por Ações. Essa legislação determina que as companhias devem apresentar suas demonstrações financeiras anualmente, garantindo que acionistas, investidores e demais stakeholders tenham acesso a informações precisas sobre a organização.

Além do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), outras obrigações acessórias como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) são essenciais para uma visão completa da estrutura contábil da empresa. O BP evidencia a posição financeira em três grupos — Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido — enquanto a DRE detalha receitas, custos e despesas, revelando o lucro ou prejuízo do período. A elaboração dessas demonstrações exige rigor técnico, cálculos precisos e conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os padrões IFRS e a Lei nº 6.404/76, garantindo registros conciliados e informações transparentes que sustentam decisões estratégicas e o cumprimento das obrigações legais.

A seguir, a Figura 2 demonstra de forma resumida o Balanço Patrimonial que foi elaborado da empresa:

Figura 2 - Balanço Patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL		Folha: 0001
Descrição	Saldo Atual	
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	384.981,75D	
CAIXA	2.950,55D	
CAIXA GERAL	2.950,55D	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	382.031,20D	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	382.031,20D	
OUTROS CRÉDITOS	3.031,47D	
ADIANTEAMENTO A EMPREGADOS	3.031,47D	
ADIANTEAMENTO DE 13º SALÁRIO	3.031,47D	
ESTOQUE	61.766,70D	
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	51.566,70D	
MERCADORIAS PARA REVENDA	38.966,70D	
MATERIAL-PRIMA	12.600,00D	
ALMOXARIFADO	10.200,00D	
ALMOXARIFADO ADMINISTRATIVO	10.200,00D	
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	449.779,92D	
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	5.700,00D	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	5.700,00D	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	5.700,00D	
TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE	5.700,00D	
TOTAL ATIVO	455.479,92D	

Fonte: Estágio Supervisionado II (2025).

Segundo a Figura 2, é possível perceber que o valor total do ativo é de 445.479,29, a natureza do saldo é devedor, visto que o grupo do ativo possui esta natureza, e de acordo com a legislação, como o ativo tem que ser igual ao passivo, ou seja, o total do patrimônio líquido somado ao passivo exigível tem que resultar no mesmo valor registrado no ativo, temos que o valor do passivo é também de 445.479,29, que apesar de não ter sido apresentado na imagem devido o tamanho e dimensão da demonstração, é evidenciado em sua integralidade e em conformidade com o exigido pela lei.

A análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa revelou uma receita bruta total de R\$ 780.786,00, composta pela venda de mercadorias no valor de R\$ 112.530,00 e pela prestação de serviços que somou R\$ 668.256,00. Após as deduções legais de impostos e contribuições, que totalizaram R\$ 142.289,64, a receita líquida ficou em R\$ 638.496,36. O custo das mercadorias para revenda foi de R\$ 38.966,70, resultando em um lucro bruto de R\$ 599.529,66. As despesas operacionais atingiram R\$ 461.843,55, sendo R\$ 46.790,00 referentes a despesas com vendas e R\$ 415.053,55 com despesas administrativas. Com base nesses dados, o resultado operacional e o lucro líquido do exercício foram de R\$ 137.686,11, demonstrando equilíbrio financeiro e boa performance na gestão empresarial durante o período avaliado.

3.8 Análise das Demonstrações Contábeis

Após a parte de elaboração das demonstrações contábeis, foi realizado a análise das demonstrações, que envolveu a aplicação de índices financeiros para avaliar a saúde econômica e o desempenho da empresa. Indicadores de liquidez e rentabilidade foram utilizados para interpretar a capacidade da organização de cumprir suas obrigações, gerar lucro e administrar seus compromissos financeiros.

A partir dos cálculos e observações desses índices, foi possível obter uma visão clara sobre a sustentabilidade do negócio e embasar futuras decisões estratégicas. A fundamentação dessa análise seguiu os princípios estabelecidos na Lei nº 6.404/76, que regulamenta as sociedades por ações no Brasil e determina a obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras, assegurando transparência e confiabilidade das informações contábeis. Esse processo contribuiu para um diagnóstico financeiro preciso e para o aprimoramento da interpretação dos dados contábeis.

A análise do balanço patrimonial evidencia a alta liquidez da empresa, refletida no expressivo volume de recursos disponíveis e estoques, garantindo a capacidade de honrar compromissos no curto prazo sem dificuldades. Além disso, a empresa apresenta baixa alavancagem, visto que seu endividamento de curto e longo prazo é insignificante em relação ao total do ativo, indicando pouca dependência de financiamentos externos. A sustentabilidade financeira também se destaca, com um patrimônio líquido positivo que demonstra a geração de lucro e o acúmulo de resultados ao longo do tempo. No entanto, observa-se uma forte dependência de ativos circulantes, já que grande parte dos recursos está concentrada em caixa e estoques, o que pode exigir um fluxo contínuo de vendas para manter a liquidez. De forma geral, o balanço patrimonial revela uma situação financeira saudável, caracterizada pela solidez operacional e equilíbrio entre ativos e passivos.

A análise dos coeficientes financeiros da empresa, referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, revelou indicadores relevantes sobre sua saúde econômica. O Índice de Liquidez Corrente, de 3,11, demonstra que o ativo circulante é mais que suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo, evidenciando estabilidade e baixo risco de insolvência. O Índice de Endividamento, calculado em 0,32, indica que apenas 32% dos ativos são financiados por terceiros, o que reforça a baixa alavancagem e a autonomia financeira da empresa. Já o Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido, de 0,57, mostra que a organização está gerando retorno significativo sobre o capital próprio, o que contribui para sua sustentabilidade e valorização dos sócios. Esses dados refletem uma estrutura financeira sólida, com operação eficiente e potencial de crescimento contínuo.

Já em relação a DRE é possível deduzir que a empresa obteve um lucro líquido positivo, evidenciando uma operação eficiente e rentável. A receita total demonstra um volume expressivo de faturamento, enquanto os custos operacionais foram

mantidos em um patamar controlado, permitindo uma margem de contribuição significativa. As despesas administrativas e financeiras apresentam impacto moderado no resultado, sugerindo uma gestão equilibrada dos recursos. A rentabilidade sobre o faturamento indica que a empresa está gerando valor a partir de suas operações, consolidando sua posição financeira e criando condições favoráveis para crescimento.

4. Considerações Finais

O presente trabalho, desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado em Ciências Contábeis, evidenciou a importância da vivência prática para a consolidação da formação acadêmica e profissional. A análise da empresa Shake Fit LTDA permitiu uma abordagem abrangente sobre sua viabilidade econômica, jurídica e estratégica, contemplando aspectos fundamentais como estrutura de custos e receitas, indicadores contábeis, modelo de negócio, posicionamento frente à concorrência e conformidade legal.

Os dados financeiros demonstraram uma margem operacional positiva, com retorno expressivo sobre o investimento inicial e indicadores contábeis que revelam alta liquidez, rentabilidade e baixo nível de endividamento. Esses resultados reforçam a solidez da empresa e sua capacidade de operar de forma sustentável e competitiva.

O modelo de negócio mostrou-se alinhado ao perfil de consumo da cidade de Araguatins-TO, atendendo diretamente a uma demanda crescente por suplementação alimentar e serviços integrados de nutrição. A baixa concorrência nos setores de comércio, serviço e indústria, somada à proposta inovadora de produção de copos biodegradáveis e atendimento nutricional personalizado, posiciona a empresa de forma estratégica no mercado local.

Além da análise econômica e mercadológica, o estudo contemplou a formalização jurídica da empresa e o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias, como emissão de notas fiscais, enquadramento tributário e simulação de declarações obrigatórias. Essas atividades foram essenciais para compreender os trâmites legais e administrativos que envolvem a abertura e manutenção de um empreendimento contabilmente regularizado.

Por fim, o estágio supervisionado se mostrou uma etapa decisiva para o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais, como gestão de pessoas, conformidade legal e tomada de decisão. O projeto empresarial elaborado demonstrou viabilidade concreta e potencial de sucesso, consolidando-se como uma experiência enriquecedora e aplicável à realidade profissional do contador.

Referências

- Brasil. (1943). *Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*
- BrasiL. (2021). *Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021. Regulamenta disposições sobre a legislação trabalhista e dá outras providências.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 2021.
- Brasil. (2007). *Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; e dá outras providências.*
- Brasil. (1999). *Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 maio 1999.
- Brasil. (2014). *Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, e dá outras providências.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2014.
- Brasil. (1962). *Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1962.
- Brasil. (1991). *Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasilia, DF, 25 jul. 1991.

Brasil. (1991). *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

Brasil. (2021). Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021. Estabelece normas e procedimentos para a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos - DCTFWeb. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 fev. 2021.

Calaça, J. D. V. (2024). Relatório de Estágio Supervisionado I da Empresa Shake Fit LTDA. Augustinópolis: Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, 2024.

Espíndola, A. (2020). Folha de pagamento - definição e lançamentos. Contabilização Fácil

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA. Artigo disponibilizado na Revista Científica da INESUL. As diferenças entre departamento de recursos humanos e departamento pessoal. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_14_1311018575.pdf

Latorraca, N. (2000). Direito Tributário: Imposto de Renda das Empresas. Editora Atlas.

Oliveira, A. (2001). Manual de prática trabalhista. (33.ed). Editora Atlas.

Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.

Rodrigues, M. R. G. (s.d.): "Estudo da folha de pagamento: principais proventos e descontos". Anais do Seminário de Estágio Coletivo, Universidade Estadual de Goiás.

Silva Brogio, R. C. (2016). Importância do profissional de departamento pessoal e a relação com a contabilidade da empresa, 2016.